

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.14

**ATA NÚMERO 59/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019**

Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido a Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a quinquagésima nona reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Foi deliberado por unanimidade justificar a falta da Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, por motivos de saúde.

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número cinquenta e oito da reunião desta Câmara Municipal de trinta e um de outubro findo, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

O Senhor Presidente da Câmara deu início ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** entregou ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias informação elaborada pela Divisão Administrativa e Financeira, sobre os encargos com transportes escolares em 2014 e em 2018, na sequência do seu pedido.

Informou que o montante de € 277.000,00 inclui as despesas com o leasing, e o pessoal do Município, que já existir e era um encargo municipal.

O Senhor Presidente da Câmara disse que desde o início do ano já tem ali mais de €8000,00, relativos a viagens de estudo.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

**ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Macro-Frio, Comércio Internacional de Produtos Alimentares, S.A. - pedido de prorrogação do prazo para apresentação do projeto de arquitetura - ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 2** - Vale Varosa - Associação de Desenvolvimento Local - pedido de apoio logístico e financeiro para a realização do Trail do Sino e da Castanha

**PONTO 3** - Autoridade Tributária e Aduaneira - protocolo para cobrança coerciva de impostos e outros tributos

**PONTO 4** - Empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" - abertura de concurso público - proposta

**PONTO 5** - Apoios concedidos para a realização de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 6** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 7** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 8** - Ministério Público- Procuradoria da República da Comarca de Viseu - Pedido de informação sobre o caminho da Macieirinha - Parecer jurídico

**PONTO 1 - MACRO-FRIO, COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente um requerimento, datado de trinta e um de outubro findo, apresentado pela sociedade "Macro-Frio, Comércio Internacional de Produtos Alimentares, S.A.", solicitando a prorrogação do prazo para apresentação do projeto de arquitetura da unidade a instalar no lote nº 10 da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), até ao final do mês de abril de 2020, uma vez que atenta a sua dimensão e complexidade não lhes é possível elaborá-lo e entregá-lo antes dessa data.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar a prorrogação do prazo para apresentação do projeto de arquitetura da unidade a instalar no lote número dez da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca (AAEL), até ao dia 31 de março de 2020, em virtude de, atenta a dimensão e complexidade da obra a executar, não ser possível elaborá-lo e entregá-lo antes dessa data. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão deste assunto.

**PONTO 2 - VALE VAROSA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO TRAIL DO SINO E DA CASTANHA**

Presente um ofício datado de trinta de outubro findo, remetido pela associação "Vale Varosa - Associação de Desenvolvimento Local" solicitando apoio logístico e financeiro para a realização do Trail do Sino e da Castanha, que se realizará no dia dezassete de novembro corrente, cujo orçamento ascende a cerca de € 9.000,00 (nove mil euros).

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.14

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade apoiar a realização do evento "Trail do Sino e da Castanha", no dia dezassete de novembro corrente, por se tratar de um evento de interesse municipal (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09), nos seguintes termos: apoio logístico, nomeadamente, o transporte entre Tarouca e Granja Nova e vice-versa; a cedência de três viaturas de caixa aberta para a colocação de material em todos os pontos de controle; t-shirts e outro material. Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo regressou à reunião.

**PONTO 3 - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA - PROTOCOLO PARA COBRANÇA COERCIVA DE IMPOSTOS E OUTROS TRIBUTOS**

Presente um email datado de onze de novembro corrente, remetido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), informando que o procedimento e a minuta enviada em janeiro de dois mil e dezoito sofreram alterações, pelo que enviam nova minuta do protocolo relativo à cobrança coerciva de impostos e outros tributos, no âmbito da Lei nº 7/-A/2016, de 30 de março. Mediante a assinatura deste protocolo, a AT passa a ser entidade, também, competente para a cobrança coerciva de taxas e outras receitas administradas por este Município.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que a presente minuta contém uma pequena alteração em relação à anteriormente aprovada.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias perguntou se a cobrança pela Autoridade Tributária tem custos para o Município.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que este procedimento não tem quaisquer custos para o Município, pois o processo de execução fiscal é pago pelo contribuinte.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade revogar a deliberação de quatro de outubro findo sobre este assunto e aprovar a presente minuta do protocolo relativo à cobrança coerciva de taxas e outras receitas administradas por este Município e conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para celebrar o mesmo com a Autoridade Tributária e Aduaneira.

**PONTO 4 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA" - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE SANTA HELENA" ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO****PROPOSTA**

Considerando que:

a) O Município candidatou ao Programa Operacional Regional do Norte a execução da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena", no âmbito dos Projetos Âncora, tendo o respetivo termo de aceitação sido assinado em 16 de julho de 2019;

b) esta empreitada está prevista no Plano Plurianual de Investimentos para 2019;

c) a Assembleia Municipal em sessão de 05 de setembro de 2019 autorizou a assunção do compromisso plurianual;

**proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09:

1º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" e a realização da respetiva despesa (artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto);  
2º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 345.810,44.

3º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 345.810,44, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP: € 5.225.000,00);

4º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

5º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:  
Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Carla Sofia da Silva Cardoso, Técnica Superior;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.  
Paços do Município, 12 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada dos seguintes documentos: projeto, caderno de encargos, orçamento, anúncio e programa de concurso.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

1º aprovar a presente proposta, e com fundamento na mesma,





**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.14

2º autorizar a contratação da execução da empreitada de "Requalificação do Parque de Santa Helena" e a realização da respetiva despesa (artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto);

3º aprovar o respetivo projeto, caderno de encargos e orçamento, em anexo à presente proposta, no valor de € 345.810,44.

4º abrir **CONCURSO PÚBLICO** para adjudicação da empreitada, cujo preço base será de € 345.810,44, procedimento escolhido ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (o valor do contrato a celebrar é inferior ao valor referido na alínea a) do n.º 3 do artigo 474º do CCP: € 5.225.000,00);

5º aprovar os respetivos anúncio e programa de concurso, em anexo à presente proposta;

6º aprovar a seguinte composição do júri do procedimento:  
Presidente - Paulo Jorge Ribeiro Pimenta, Chefe de Divisão da DOM;

Vogais efetivos - Vasco Manuel Guedes Teixeira, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Carla Sofia da Silva Cardoso, Técnica Superior;

Vogais suplentes - Paulo Jorge Chaves Guedes, Técnico Superior e Domingos Carvalho da Silva, Assistente Técnico.

6º delegar no júri do concurso, ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, a competência para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5 - APOIOS CONCEDIDOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para realização de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

**Período de 30.10.2019 a 11.11.2019**

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Futebol Clube Lusitanos de Samedan**

Total: € 553,01

Finalidade: Apoio em espécie (taças e medalhas) para as atividades da associação.

Tarouca, 12 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 6 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

**Período de 30.10.2019 a 11.11.2019**

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 573,22

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela Mortuária de Valverde.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salzedas**

Total: € 32,97

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela Mortuária de Meixedo.

❖ **Freguesia de Salzedas**

Total: € 257,13

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da Antiga Casa do Povo.

Tarouca, 12 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara,  
Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número duzentos e oito, de treze de novembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 78.417,38 (setenta e oito mil e quatrocentos e dezassete euros e trinta e oito cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 201.313,63 (duzentos e um mil e trezentos e treze euros e sessenta e três cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 8 - MINISTÉRIO PÚBLICO- PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VISEU - PEDIDO DE INFORMAÇÃO SOBRE O CAMINHO DA MACIEIRINHA - PARECER JURÍDICO**

Presente o ofício n.º 85094679, de vinte e nove de outubro findo, remetido pelo Ministério Público- Procuradoria da



**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

2019.11.14

República da Comarca de Viseu, Departamento de Investigação e Ação Penal-2ª Secção de Lamego, solicitando a esta Câmara Municipal informação, no âmbito do Processo nº 144/19.5T9LMG-Inquérito, sobre a natureza pública ou privada do caminho descrito nas fotocópias que anexam e se têm conhecimento de eventuais servidões de passagem.

Presente ainda o parecer emitido pela advogada Isabel Pinto Loureiro, sobre a análise jurídica do caminho denominado da "Macieirinha", sito no lugar de Másseras, Arguedeira, da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, deste concelho, no qual em conclusão, em relação ao citado caminho, informa que "os requisitos para a verificação de um caminho público não se encontram preenchidos, vislumbrando-se como um atravessadouro, já abolido pelo Código Civil ou transformado em servidão, situando-se a sua disciplina legal no âmbito do direito privado e, consequentemente, para a sua desobstrução, não cabendo à Câmara municipal qualquer poder (jurídico) de intervenção e, ainda menos, de decisão, sob pena de usurpação de poder, tornando nula a decisão. Acrescentou que, no caso em análise, está em causa um conflito de interesses de natureza privada entre os proprietários de dois prédios, estando excluídos do âmbito das atribuições e competências da Autarquia, cabendo aos tribunais dirimir esses conflitos."

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que se recorda de, pelo menos desde dois mil e três, as pessoas passarem naquele local, pedindo sempre prévia autorização ao proprietário do terreno, conhecido por Sr. Manuel Serrano, para passar no referido caminho, que nunca foi público.

Discutido o assunto, com fundamento no mencionado parecer jurídico, foi deliberado por unanimidade informar o Ministério Público-Procuradoria da República da Comarca de

Viseu, Departamento de Investigação e Ação Penal-2ª Secção de Lamego, que o caminho descrito na participação anexa ao seu ofício nº 85094679, de vinte e nove de outubro findo, referente ao Processo nº 144/19.5T9 LMG-Inquérito, conhecido por Caminho da Macieirinha não é público, uma vez que os respetivos requisitos não se encontram preenchidos, nem tem esta Câmara Municipal conhecimento da existência de eventuais servidões de passagem.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dez horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Manuel de Santa Rosa*, Chefe de Divisão, a subscrevi.

